

Estatutos do Centro de Dia de Pontével

CAPÍTULO I

Denominação, Natureza, Sede e Objeto

Artigo 1º

Denominação e Natureza Jurídica

A Associação Centro de Dia de Pontével, adiante designada por associação, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.

Artigo 2º

Sede e âmbito de ação

A associação tem a sua sede na freguesia de Pontével, Rua Mateus Peixoto Barreto, nº1, 2070-430 Pontével, concelho do Cartaxo, distrito de Santarém e o seu âmbito de ação abrange, prioritariamente, os residentes ou naturais de Pontével. Pode ainda abranger as freguesias contíguas dos concelhos do Cartaxo e de Azambuja.

Artigo 3º

Objetivos

A associação tem por objetivo, a prossecução da solidariedade social exercida na proteção à infância e à terceira idade através da prestação de serviços e outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade.

Artigo 4º

Atividades

1- A associação desenvolve as suas atividades através das valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Poderá ainda desenvolver as valências de Lar com internamento, Creche, Jardim de Infância, bem como outras decorrentes das necessidades da comunidade ou a pedido da Segurança Social.

2- A associação poderá ainda criar e manter atividades instrumentais, sem fins lucrativos, desde que as mesmas sejam compatíveis com os fins definidos no artigo anterior.

Artigo 5º

Organização e funcionamento

A organização e funcionamento dos sectores de atividade constarão de regulamentos internos, elaborados pela direção.

Artigo 6º

Prestação dos serviços

1- Os serviços prestados pela associação serão gratuitos ou remunerados, de acordo com a situação sócio-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá proceder.

2- As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo 7º

Qualidade de associado

1- Podem ser associados pessoas singulares ou coletivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação mediante o pagamento de quotas, donativos ou a prestação de serviços.

2- A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 8

Categorias

Haverá duas categorias de associados:

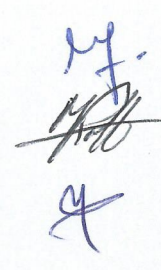
- a) Associados Efetivos - são as pessoas singulares, maiores, ou coletivas, que se proponham colaborar na realização dos fins da associação obrigando-se ao pagamento da quota, nos montantes fixados pela assembleia geral;
- b) Associados Honorários - são as pessoas singulares ou coletivas que, como tal, sejam classificadas por deliberação da assembleia geral, mediante proposta da direção, como reconhecimento de serviços ou contribuições, especialmente relevantes, prestados à instituição.

Artigo 9º

Direitos dos sócios efetivos

Os sócios efetivos da associação têm direito a:

- a) Participar nas reuniões da assembleia geral;
- b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
- c) Solicitar a convocação da assembleia geral nos termos dos estatutos e da lei;
- d) Requerer à direção e ao conselho fiscal informações sobre as atividades da associação, sem prejuízo da salvaguarda dos interesses da associação e das necessidades impostas pela natural reserva de alguns assuntos.
- e) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de oito dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.

- 
- f) Fazer-se representar por outro sócio nas reuniões da assembleia geral, em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, com a assinatura reconhecida notarialmente (cada sócio não poderá representar mais do que um associado).
 - g) O sócio terá a possibilidade de votar por correspondência sob condição do seu sentido de voto ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos, sob a condição da assinatura ter sido reconhecida notarialmente.

Artigo 10º

Deveres dos sócios efetivos

São deveres dos sócios efetivos:

- a) Proceder pontualmente ao pagamento das suas quotas;
- b) Comparecer e participar nas assembleias gerais;
- c) Observar e cumprir as disposições estatutárias e regulamentares e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo e dedicação os cargos para que forem eleitos.

Artigo 11º

Sanções

1- A violação dos deveres consignados no artigo 10º poderá desencadear a aplicação das seguintes sanções:

- a) Repreensão escrita;
- b) Suspensão de direitos até trinta dias;
- c) Demissão.

2- São demitidos os associados que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a associação ou aqueles que, decorridos trinta dias, após a notificação da direção não regularizarem as quotas em atraso.

3- As sanções previstas nas alíneas a), b) do nº1 são da competência da direção;

4- A demissão é sanção da exclusiva competência da assembleia-geral, sob proposta da direção.

5- A aplicação das sanções previstas no nº1 só se efetivará mediante audiência obrigatória do associado.

6- A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 12º

Condições do exercício dos direitos

1- Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

2- Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa.

Artigo 13º

Intransmissibilidade

A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão.

Artigo 14º

Qualidade de Associado

1- Perdem a qualidade de associado:

- a) Os que solicitem a sua exoneração;
- b) Os que não pagarem as quotas durante doze meses e não procedam à sua regularização decorridos trinta dias, a contar da data da notificação pela direção.
- c) Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma.

2- O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 15º

Órgãos sociais

- 1- São órgãos da associação, a assembleia-geral, a direção e o conselho fiscal.
- 2- O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 16º

Composição dos órgãos

- 1- A direção e o conselho fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da associação.
- 2- O cargo de presidente do conselho fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da associação.

Artigo 17º

Incompatibilidade

- 1- Nenhum titular da direção pode ser simultaneamente titular do conselho fiscal e ou da mesa da assembleia geral.
- 2- Os titulares dos órgãos referidos no nº anterior não podem ser membros da mesa da assembleia geral.

Artigo 18º

Impedimentos

- 1- É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2º grau da linha colateral.
- 2- Os titulares dos membros da direção não podem contratar direta ou indiretamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.
- 3- Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a da associação nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da associação, ou de participadas desta.

Artigo 19º


Mandatos dos titulares dos órgãos

- 1- A duração do mandato dos órgãos é de 4 anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição. Durante este período, os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.
- 2- Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
- 3- O presidente da associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

Artigo 20º

Responsabilidade dos titulares dos órgãos

- 1- As responsabilidades dos titulares dos órgãos da associação são definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.
- 2- Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:

- 
- a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Artigo 21º

Funcionamento dos órgãos em geral

- 1- A direção e o conselho fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.
- 2- As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
- 3- As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.
- 4- Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.
- 5- Os membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º anterior apenas completam o mandato.
- 6- Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respetiva mesa.

Artigo 22º

Contas do exercício

- 1- As contas do exercício da associação obedecem ao Regime da Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo legalmente aplicado e são aprovadas pelos respetivos órgãos nos termos estatutários.
- 2- As contas do exercício são publicadas obrigatoriamente no sítio eletrónico da associação até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

SECÇÃO II

Da Assembleia Geral

Artigo 23º

Constituição

- 1- A assembleia geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.
- 2- A assembleia geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos 12 meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.

3- A assembleia geral é dirigida pela respetiva mesa que se compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.

4- Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 24º

Competências

Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da associação e, designadamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de atuação da associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva mesa, da direção e do conselho fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

Artigo 25º

Convocação e publicitação

1- A assembleia geral é convocada com 15 dias de antecedência pelo presidente da mesa ou substituto.

2- A convocatória é obrigatoriamente afixada na sede e é também feita pessoalmente, por meio de aviso postal expedido ou por correio eletrónico, para cada associado.

3- Da convocatória, constará o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.

4- Independentemente da convocatória é obrigatório ser dada publicidade à realização da assembleia geral nas edições da associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso ao público, nas instalações e estabelecimentos da associação.

5- Desde que contemplada nos estatutos, a convocatória e anúncio da assembleia geral pode ser efetuada e publicitada também por outros meios e noutros locais.

6- Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da associação, logo que a convocatória seja expedida, para os associados.

Artigo 26º

Funcionamento

- 1- A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.
- 2- A assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 27º

Deliberações

- 1- As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções.
- 2- É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 24.º dos estatutos.
- 3- No caso da alínea e) do artigo 24.º, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 28º

Votações

- 1- O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.
- 2- Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.
- 3- Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respetiva reunião.
- 4- Cada sócio não pode representar mais de um associado.

Artigo 29º

Reuniões da Assembleia Geral

- 1- A assembleia geral reunirá obrigatoriamente:
 - a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para eleição dos titulares dos órgãos associativos;
 - b) Até 31 de março de cada ano para aprovação do relatório e contas do exercício do ano anterior, bem como do parecer do conselho fiscal;
 - c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de ação e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do conselho fiscal.

2- A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direção ou do conselho fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 10% do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

SECÇÃO III

Da Direção

Artigo 30º **Constituição**

A direção da associação é constituída por 5 membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal.

Artigo 31º **Competências**

Compete à direção gerir a associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte.
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da associação;
- e) Representar a associação em juízo ou fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.

Artigo 32º **Reuniões**

A direção reunirá sempre que se considerar conveniente, por convocação do presidente, com pelo menos, periodicidade mensal.

Artigo 33º **Forma de Obrigar**

1- Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de, pelo menos, três membros da direção.

2- Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direção, salvo para efeito de movimentos bancários em que a assinatura do tesoureiro é obrigatória.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 34º Constituição

O conselho fiscal é constituído por três membros: presidente e dois vogais.

Artigo 35º Competências

1- Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à direção e mesa da assembleia geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:

- a) Fiscalizar a direção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direção e/ou mesa da assembleia geral submetam à sua apreciação;
- d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

2- Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.

CAPÍTULO IV

Regime Financeiro

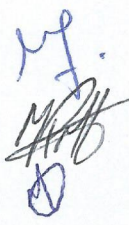
Artigo 36º Património

O património da associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores à associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

Artigo 37º Receitas

São receitas da associação:

- a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;
- b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;

- 
- c) Os rendimentos dos serviços prestados;
 - d) Os rendimentos de produtos vendidos;
 - e) As doações, legados, heranças e respetivos rendimentos;
 - f) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
 - g) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
 - h) Outros donativos ou receitas.

Artigo 38º

Quotas, serviços ou donativos

- 1- Os associados pagam uma quota mensal cujo valor é fixado pela direção e ratificado em assembleia geral.
- 2- Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à direção propor à assembleia geral a aprovação dos mesmos.

CAPÍTULO V

Disposições Diversas

Artigo 39º

Extinção

- 1- A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei.
- 2- Compete à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
- 3- Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.
- 4- Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

Artigo 40º

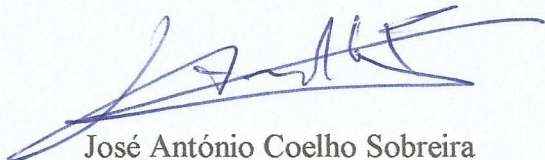
Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo com a legislação em vigor.

Alteração aos Estatutos aprovada em Assembleia Geral em:

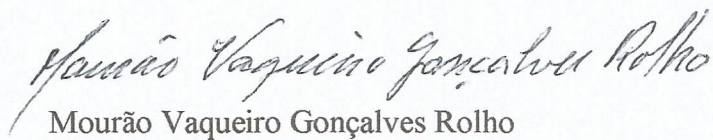
Pontével, 23 de Outubro de 2015

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



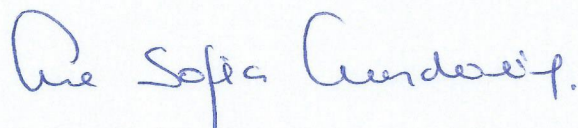
José António Coelho Sobreira

O 1º Secretário



Mourão Vaqueiro Gonçalves Rolho

O 2º Secretário



Ana Sofia dos Santos Vitoriano Amendoeira